

# Posse de ilhas sob suspeita

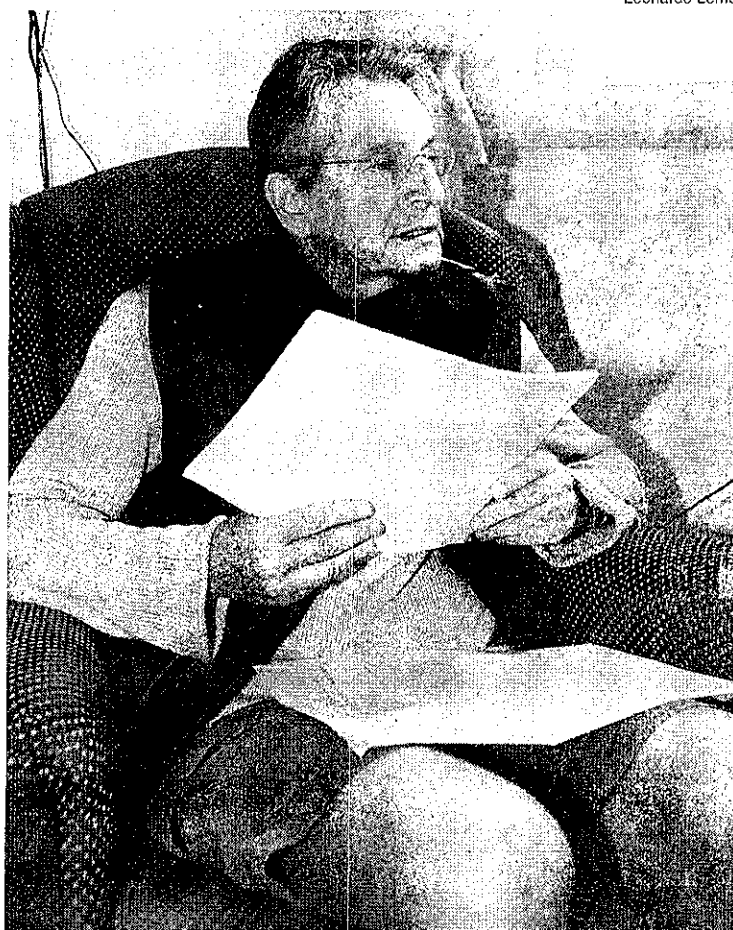
Leonardo Lemos

MARCO ANTONIO MARTINS E  
 RACHEL ALMEIDA

O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) vai encaminhar amanhã ao ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, um pedido de investigação da Gerência do Serviço do Patrimônio da União, no Rio (GSPU-RJ). O deputado acusa o órgão, dirigido por Elso Couto e Silva, de estar cedendo a empresários e políticos áreas da Estação Ecológica de Tamoios, na Baía de Ilha Grande, em Angra dos Reis, Sul Fluminense. Segundo ele, uma das beneficiadas é a empresa Ferraz Suassuna, administrada por Rodrigo Suassuna, filho do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

“Qualquer cidadão brasileiro tem direito de pedir que a União ceda terras de sua propriedade. É ela que decide se dá ou não o aforamento”, afirmou Ney Suassuna. Ele contou que a construtora Ferraz Suassuna entrou com o pedido de cessão da Ilha de Imboassica há cerca de cinco anos e, em 1999, a GSPU concordou com a solicitação. O senador informou que não haverá exploração imobiliária na ilha, que tem 133,6 mil metros quadrados. “Não irei fazer nada”, disse.

No ano passado, a empresa foi multada pela Prefeitura de Angra dos Reis pelo uso ilegal das terras de Imboassica. “Uma quadrilha, formada por um italiano, um argentino e um brasileiro, invadiu as terras e iniciou uma plantação



*Gabeira diz que áreas de preservação são cedidas a políticos*

de milho. Por isso, fomos multados, mesmo não tendo conhecimento da invasão”, alegou o senador, garantindo que, ao saber do fato, o grupo Suassuna mandou que toda construção feita na ilha fosse destruída.

“Os invasores entraram com uma ação contra a construtora, mas ganhamos na primeira e na segunda instância. O fato serviu

para provar que nosso único interesse é a preservação da área”, garantiu Suassuna.

Segundo Gabeira, as terras compreendidas na Estação Ecológica – que só podem ser usadas para preservação de espécies, pesquisas científicas ou educação ambiental com autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama) – estão sendo cedidas para uso particular.

“Tenho documentos que mostram cadastros de ilhas como a Imboassica, em nome da construtora Ferraz Suassuna, a Tucum, em nome de Antônio Aiazzi e a Catimbau, em nome de José Carlos de Cássia Freitas. Além disso, a Marinha está requisitando o Rochedo de São Pedro, importante área de reprodução de espécies”, revelou ele, que mostrou ao **Jornal do Brasil** apenas a documentação sobre Imboassica.

O deputado disse que a cessão dessas terras implica na infração do decreto federal número 98864, de 23 de janeiro de 1990, que determina a criação da Estação Ecológica de Tamoios, englobando 29 pontos geográficos entre ilhas, ilhotas e rochedos. Há também a lei 162, de 12 de dezembro de 1991, que coloca a ilha Imboassica como área de preservação permanente. “É um crime contra a Constituição e crime ambiental. É preciso que esse cadastro ilegal de cessão das terras seja anulado”, afirmou.

Apesar de nada ter sido construído em locais impróprios até agora, o deputado desconfia das intenções dos empresários. “O que você acha que acontecerá com uma terra registrada em nome de uma construtora?”, questionou. O gerente da GSPU, Elso do Couto e Silva, e os representantes de outras empresas citadas pelo deputado não foram encontrados pelo **Jornal do Brasil**.